



## **As Novas Tecnologias da Comunicação e a Relação Entre a Política, a Democracia e o Poder<sup>1</sup>**

Laura dos Santos TAVARES<sup>2</sup>  
Suely Henrique de Aquino Gomes<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Goiás

### **Resumo**

As convergências e as confluências da política, da democracia e das novas tecnologias merecem atenção dos pesquisadores em comunicação. Cada vez mais, as concepções iniciais sobre a prática política estão se adequando às novas realidades em que não só a comunicação de massa, como também as novas mídias virtuais exercem papel capital na formação das opiniões, preferências e valores dos indivíduos. O presente artigo visa questionar as novas formas de interação mediada, que permitem a formação de uma consciência política nos indivíduos.

### **Palavras-chave**

Novas tecnologias da comunicação; Poder; Democracia; Política.

### **Introdução**

Em tempos midiáticos, as condições sob as quais se desenvolvem a teoria e a prática da política passam por bruscas mudanças no que se refere a formas de sociabilidade e a agilização e intensificação das interações entre os indivíduos com o advento das novas tecnologias da comunicação.

Tal realidade tem feito com que as instituições tradicionais da política sejam desafiadas a se reprogramar, ou a ser substituídas, já que novas instituições e técnicas estão se desenvolvendo na teoria e na prática.

Este trabalho propõe a discussão sobre os aspectos e a relevância dos processos de sociabilidade e discussões políticas nas novas tecnologias da comunicação. Trata-se de uma pesquisa em fase inicial que será realizada no Programa de Pós Graduação da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás – UFG. Procura-se analisar se essas novas formas de interação mediada, de fato, aproximam elites dirigentes e cidadãos (emissor e receptor na tradicional comunicação).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 8 – ESTUDOS INTERDISCIPLINARES do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-oeste realizado de 27 a 29 de maio de 2010.

<sup>2</sup> Mestranda do Curso de Comunicação da UFG, email: [lauratavares@gmail.com](mailto:lauratavares@gmail.com).

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Docente do Curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Comunicação, Cultura e Cidadania da UFG, email: [suelyhenriquegomes@gmail.com](mailto:suelyhenriquegomes@gmail.com).



A pertinência do estudo pauta-se também no fato de que ainda são escassos estudos empiricamente orientados, que busquem analisar como o uso das novas mídias contribui ou não para uma democracia eletrônica sob a égide da política e se isso faz com que o poder e a opinião pública estejam ao alcance de todos.

### **Mudanças no processo de discussão política**

No passado, para se acompanhar a política, era preciso sair de casa, ir aos comícios, sindicatos ou associações. Só tinham acesso à informação aqueles que por ela se interessavam, sendo que a introdução do rádio, da mídia eletrônica e agora da mídia digital personalizou o processo de participação popular. Naquela época, ao comparecer a um comício, o eleitor expunha sua preferência ao restante da sociedade, o que fazia com que ele não participasse de comícios de candidatos opostos ao seu. O perfil político das pessoas, então, era muito próximo do perfil de seu grupo social.

Embora a pressão do grupo social continue valendo, com o advento da mídia, os fatores de influência e interação se diluíram e, de acordo com Pierre Lévy (1999), com a revolução no universo midiático e com o surgimento da Cibercultura, hoje todo o espaço seria um canal interativo, os aglomerados urbanos estariam se reorganizando, possibilitando o surgimento de cibercidades e criando novas formas de interação social e, porque não, de discussão política.

Destarte, o fluxo veloz de informações, de produtos, serviços e conhecimento é uma das mais notáveis e importantes características do espaço geográfico virtual. Conforme aponta Castells (2002. p. 487):

(...) a interação entre a nova tecnologia da informação e os processos atuais de transformação social realmente têm um grande impacto nas cidades e no espaço. De um lado, o layout da forma urbana passa por grande transformação. Mas essa transformação não segue um padrão único, universal: apresenta variação considerável que depende das características dos contextos históricos, territoriais e institucionais. De outro, a ênfase na interatividade entre os lugares rompe os padrões espaciais de comportamento em uma rede fluida de intercâmbios que forma a base para o surgimento de um novo tipo de espaço, o espaço de fluxos.

Atualmente, pode-se dizer que o discurso político ocorre tanto dentro dos partidos, do governo, do legislativo, entre outros, como nos meios de comunicação, tendo estes últimos um papel fundamental em redimensionar o discurso político, criando inclusive novos pólos de polêmica. As teorias de Cibercultura e Cibercidades trazidas



por Lévy (1999), inclusive, apontam para uma nova realidade, a da democracia eletrônica.

Tal situação acaba criando um alargamento da participação pública no processo político, que somado aos mecanismos de uma democracia representativa de massa, passou a exigir, cada vez mais, um grande e eficaz aparato de comunicação, que fizesse a ligação entre a política institucional, os cidadãos e vice-versa.

Com essa mudança, nota-se que a circulação e recepção do discurso político dependem da sua penetração na mídia. Estabelece-se, então, a partir dessa relação entre o indivíduo e a mídia, um comportamento político/eleitoral.

A partir daí pode-se questionar se a mídia e, neste caso em especial, as comunidades virtuais, promovem a democracia e o alargamento da participação pública nas discussões políticas. Bastaria o aparato tecnológico das novas mídias proporcionarem canais mais abertos de participação pública na discussão política ou para isso seria necessário que a população se sinta impelida a adentrar em tal discussão? O poder e a credibilidade do emissor seguem a lógica do que se via nas mídias tradicionais ou pode-se falar aqui em inversão contínua de papéis? O cidadão comum que discute no ambiente virtual é realmente visto como elemento credível do processo ou a dominação econômica e política dos meios também age sobre a rede? As novas mídias mudaram a relação entre a comunicação e o exercício da política na atualidade?

No desenvolvimento desta pesquisa então, discutir-se-á acerca da comunicação e da interação entre as novas mídias, em especial as comunidades virtuais, com a política, a democracia e o poder.

### **Política, Tecnologia e Interação**

Muito se tem discutido acerca das possibilidades inovadoras de interação proporcionadas pelas novas tecnologias da comunicação e como estas interações podem contribuir para um processo comunicacional mais democrático, no qual tanto emissor quanto receptor podem se expressar de forma igualitária por um mesmo canal. Assim sendo, para se pensar no problema aqui proposto, é necessário abordar, sob a égide das novas tecnologias da comunicação, temas como: política, democracia, cibercultura, ciberespaço, poder, opinião pública, entre outros.

Castells e Cardoso (2006) a respeito da democracia e da política em tempos midiáticos afirmam que:



A emergência de comunicação sem obstáculos e auto-organização ao nível sociopolítico, ultrapassando a mediação do sistema de *media* e desafiando a política formal faz com que os governos sejam ambíguos em relação aos usos da Internet e das novas tecnologias. Eles apreciam os seus benefícios, porém temem perder o controle da informação e da comunicação em cujo poder sempre se apoiaram. (CASTELLS; CARDOSO, 2006. p. 29)

De acordo com os autores, ao se aderir à democracia da comunicação acaba-se concordando com a democracia direta, na qual se enxerga uma realidade em que os papéis dos especialistas e produtores de tecnologia se igualam aos utilizadores das mesmas.

Isto posto, pode-se dizer que ao passo que antigamente essa igualdade só era possível através da presença física dos cidadãos num mesmo ambiente, hoje, com a explosão demográfica e com a grande distância territorial entre os indivíduos, foi necessário criar meios que possibilitassem à massa, expressar seus interesses e voltar a proporcionar a igualdade entre os cidadãos na democracia moderna.

Importa então estabelecer o conceito de democracia de acordo com Chomsky (2003), que apesar de conceber duas visões diferenciadas acerca deste tema, acaba por defender a mais paradoxal. Para ele, existe uma sonhada democracia em que a sociedade realmente luta pela defesa de seus interesses, o que é propiciado pela liberdade e abertura dos meios de informação, mas a democracia que é aplicada na prática é aquela em que estes meios de informação são mantidos sob controle e o público passa a não ter controle sobre seus próprios interesses.

Diante destas visões então, cabe aqui expor o ponto de vista de Castells e Cardoso (2006):

Uma política inovadora, mas pragmática, terá de encontrar o meio caminho entre o que é social e politicamente exequível, em cada contexto, e a promoção das condições culturais e organizacionais para a criatividade na qual a inovação, o poder, a riqueza e a cultura se alicerçam, na sociedade em rede. (CASTELLS; CARDOSO, 2006. p. 29)

Lemos (2002) aponta que dessa necessidade de interação entre as novas tecnologias da informação e comunicação, a cultura e a sociedade surgiu a cibercultura, cujo conceito é apontado por Levy (1999) como sendo "o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço".



Importa aqui também uma breve definição de ciberespaço:

O ciberespaço é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infra-estrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LEVY, 1999. p. 17)

Slevin (2000) afirma que a cibercultura surgiu a partir da virtualização das mídias e desencadeou um processo de modernização na interação entre emissor e receptor, possibilitado pelas ferramentas que propiciam o diálogo simultâneo entre eles. Tal realidade faz com que haja, pelo menos em teoria, igualdade no que diz respeito à expressão de opiniões, discussão de temas, sejam eles polêmicos ou não, e na hierarquia entre estes fatores.

Quando se fala em democracia, cibercultura, novas tecnologias da comunicação, emissor, receptor, interação e expressão de opiniões, logo se pensa em poder e em manipulação. Assim, ao passo que muito se fala na liberdade que o ciberespaço proporciona à sociedade, também se considera sempre a possibilidade de que, assim como nas mídias tradicionais, grupos econômicos e interesses políticos interfiram nesta liberdade e a democracia eletrônica fique prejudicada.

Numa visão mais otimista, Levy (1999) aponta que:

O crescimento do ciberespaço resulta de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar, coletivamente, formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas nos propõem. Estamos vivendo a abertura de um novo espaço de comunicação, e cabe apenas a nós explorar as potencialidades mais positivas deste espaço nos planos econômico, político, cultural e humano. (LEVY, 1999. p. 11)

O autor, mesmo confessando-se um otimista, reconhece que apesar de toda possibilidade de liberdade de expressão e de democracia no ambiente virtual, ainda existem questões a serem respondidas como a da exclusão e a da ameaça à diversidade cultural, além é claro da possibilidade de controle do ambiente virtual por grandes conglomerados. Todavia, responde a estas questões com o argumento da novidade, ou seja, toda nova tecnologia passa por períodos de incertezas e críticas, mas que só a experimentação e a pesquisa sobre estes temas poderá apontar para uma resposta mais coesa.



## Opinião pública

Outro ponto que é necessário abordar é a questão da opinião pública, que nesta discussão de cibercultura, ciberespaço e democracia eletrônica, sob a égide da política e do poder, traz alguns pontos divergentes também. Isto pode ser observado nas palavras de Nascimento (1989), que numa visão de certa forma utópica, acaba contribuindo com Levy, no que se refere a liberdade do indivíduo:

A opinião pública é a espécie de lei da qual qualquer indivíduo pode ser ministro. Todo povo é o ministro da opinião pública, isto é, é o elemento primário de sua emissão. Poderíamos até dizer que, nesse caso, estaríamos ainda no domínio da opinião. É preciso que esse processo de emissão de opinião seja protegido e controlado por um órgão que tenha a força suficiente para ampliar a voz daquele que emite a sua opinião, que se manifesta e tenta desenvolver uma ação positiva dentro da sociedade, no sentido de firmar os valores constitutivos da comunidade a que pertence. O órgão produtor e amplificador da opinião pública é o círculo social, com todo o seu aparato editorial e que se constituirá como uma verdadeira máquina de propaganda política. (NASCIMENTO, 1989. p. 19)

Nascimento (1989) traz um conceito de opinião pública que seria a ideal quando aplicado à cibercultura e ao ciberespaço, pois o indivíduo (tanto emissor, quanto receptor) contribuiria com informações e pontos de vista, que seriam absorvidos e analisados pela sociedade e se se fossem tidos como o ponto de vista da maioria, se caracterizariam como opinião pública.

Já segundo Gabriel Tarde (1992):

A opinião é um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade. (TARDE, 1992, p. 212)

Ambas as definições, contudo, deverão ser analisadas diante das questões sobre a exclusão, sobre se existe ou não democracia no ciberespaço, sobre a disputa de poderes entre emissor e receptor e sobre a ligação entre a comunicação e a política.

Tendo em vista tais questões, para delinear este pano de fundo da sociedade midiática que servirá de contraponto para o estudo histórico que se empreenderá, serão utilizados os conceitos aqui propostos e os autores identificados a seguir na metodologia.

A opinião pública, por sua vez, enquanto força racional capaz de exercer



uma pressão sobre os indivíduos, exige, para se caracterizar como instância julgadora, um processo de esclarecimento, um processo de formação pública. Isto é:

A opinião pública é a espécie de lei da qual qualquer indivíduo pode ser ministro. Todo povo é o ministro da opinião pública, isto é, é o elemento primário de sua emissão. Poderíamos até dizer que, nesse caso, estaríamos ainda no domínio da opinião. É preciso que esse processo de emissão de opinião seja protegido e controlado por um órgão que tenha a força suficiente para ampliar a voz daquele que emite a sua opinião, que se manifesta e tenta desenvolver uma ação positiva dentro da sociedade, no sentido de firmar os valores constitutivos da comunidade a que pertence. O órgão produtor e amplificador da opinião pública é o círculo social, com todo o seu aparato editorial e que se constituirá como uma verdadeira máquina de propaganda política. (NASCIMENTO, 1989. p. 54)

Pode-se dizer que a opinião pública é uma noção comumente utilizada para designar o que a maioria da população de um país julga, gosta e prefere em matéria de política, de economia ou de outros assuntos de importância nacional ou internacional. A opinião pública não é a simples adição das opiniões individuais, já que uma opinião pode ser definida, no plano individual, como uma preferência ou apreciação que as pessoas declaram ter, pois sua formação e sua significação dependem do contexto nacional, do governo, das grandes empresas, dos meios de comunicação em massa etc. Ela é determinada por todos esses fatores e se apresenta como espaço nacional no qual opõem-se diversas tendências ideológicas, sendo que uma delas é majoritária.

No mesmo sentido, Habermas (1987) afirma que definir opinião pública como apenas uma junção de opiniões individuais pode fazer com que os assuntos discutidos pelo grupo sejam analisados de maneira errônea. O autor, ao contrário, define que opinião pública são “todos aqueles modos de comportamento de quaisquer grupos populacionais que sejam adequados para modificar ou até mesmo para alterar as estruturas, práticas e metas da dominação”. (HABERMAS, 1987, p. 282)

Todavia, a opinião pública não se preocupa unicamente em mudar a ordem social vigente, ela visa garantir que os interesses públicos de desenvolvimento social, cultural, econômico, político, sejam reconhecidos e satisfeitos. A partir do momento em que há a satisfação de tais interesses, a sociedade que buscou tal satisfação se desenvolve dinamicamente, podendo acarretar mudanças estruturais significativa.

A opinião pública luta para ser soberana na tomada das decisões, procurando, através da pressão política e social, buscar satisfação dos interesses públicos independentemente do poder.



## **Os Meios de Comunicação e a Opinião Pública**

Pode-se dizer que os meios de comunicação contribuem para formar as tendências da opinião pública ao divulgar posições ou interpretações de fatos favoráveis ou desfavoráveis ao poder político vigente ou a grupos de interesses que atuam na sociedade. Na realidade caracterizada pelas redes sociais é fortuito perceber também o papel das mídias digitais no que se refere a construção de uma opinião pública.

Os formadores de opinião, tais como personalidades políticas, professores, padres, membros da família e as chamadas “celebridades virtuais”, acabam influenciando na divulgação e na interpretação das mensagens dos meios de comunicação no processo de formação da opinião pública.

Em diversas sociedades, o governo tende a controlar ou a manipular os meios de comunicação para poder influir sobre a opinião pública, de modo a privilegiar as tendências que lhe são favoráveis. Já nos regimes democráticos, pode-se falar em liberdade de expressão, liberdade esta que, com as novas tecnologias da comunicação, são irrestritas.

### **Metodologia**

Para atingir os objetivos propostos e resolver os problemas inicialmente apontados, o processo de investigação englobará pesquisa bibliográfica na literatura disponível sobre o assunto e análise de discurso. Esta seguirá, fundamentalmente, o quadro teórico proposto por Norman Fairclough em sua obra *Discurso e Mudança Social* (2001). No trabalho em questão, o autor descreve um método teórico apropriado para pesquisas científicas e para o estudo da mudança social. Ele busca reunir a análise do discurso orientada lingüisticamente e o pensamento social e político.

O primeiro passo na análise proposta é delimitar o termo discurso, ou seja, “o uso da linguagem como forma de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001. p.90), sendo o discurso um modo de ação, assim, é possível que as pessoas ajam sobre o mundo, sobre os outros e também sobre o modo de representação. Além disso, essa abordagem implica em uma relação dialética entre discurso e prática social. Em suma, Fairclough (2001, p.91) descreve “O discurso é uma prática não apenas de



representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.”

O que mais interessa na abordagem de Fairclough para esta pesquisa refere-se ao discurso como prática capaz de estabelecer, manter e transformar as relações de poder e o discurso como prática ideológica que constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados nas relações de poder.

O autor propõe um método multidimensional - em uma abordagem tridimensional entre relações de mudanças discursivas e sociais com eventos discursivos como instância da prática social. A análise da dimensão estaria centrada nos conceitos de ideologia e hegemonia como um modo de dominação baseado em alianças, incorporação de grupos subordinados e na prática, “não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo constituindo e construindo o mundo em significado”. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91)

O método também seria multifuncional, de análise histórica e crítica. As práticas discursivas teriam como função contribuir para modificar o conhecimento (desde as crenças até o senso comum), as relações e as identidades sociais. Fairclough parte da teoria de Halliday (1978) ao considerar que os textos estabelecem identidade, representam realidade e ordenam as relações sociais. Por tais razões, a análise do discurso deve também possuir características de multifuncionalidade.

Além dos dois métodos citados, seria necessário um método de análise histórica que focalizasse os processos de estruturação e de articulação na construção dos textos. O autor considera que os textos são construídos a partir de outros textos de modos diferentes que dependem das circunstâncias sociais e, por isso, são passíveis de mudanças. É o que ela chama de “intertextualidade”.

O último seria um método crítico, uma vez que as relações entre mudança cultural, social e discursiva tendem a não ser objetivas e claras. O método seria crítico na medida em que implicaria em evidenciar conexões e causas não evidentes para as pessoas envolvidas e, assim, “evitar a imagem da mudança discursiva como processo unilinear”. (FAIRCLOUGH, 2001, p.28) Com base no arcabouço metodológico descrito é que se pretende analisar o discurso sobre as novas tecnologias da comunicação e a relação entre a política, a democracia e o poder, fazendo uma análise de discurso da rede social twitter.



## Considerações Finais

A comunicação de massa mudou a forma de se fazer e de se discutir política, como apontou Gomes (XXXX). Os avanços tecnológicos e o advento das comunidades virtuais permitem ir além e questionar as formas de interação e a ruptura espaço temporal das mensagens de cunho político.

Na nova sociedade, o instantâneo é, cada vez mais, tempo real. Uma declaração, um comportamento passam a ser quase que imediatamente discutidas em ambiente virtual. Reduziu-se a capacidade de abafar escândalos e de pautar o discurso sobre política de forma unilateral.

Seria possível uma sociedade mais democrática a partir da participação dos cidadãos em discussões promovidas em ambientes virtuais? Ou não estaríamos então, reduzindo o status do cidadão ao acesso básico a essas redes. Que tipo de cidadania é construída nos dias atuais? Como a cultura influencia na decisão de se envolver ou não no exercício cotidiano da política?

Deve-se compreender a cultura como mobilizadora ou desmobilizadora de movimentos e práticas sociais? Até que ponto a cultura influencia na participação política dos indivíduos? Em uma realidade em que, quem está inserido no ciberespaço pode opinar e ser ouvido, muda-se a relação entre a comunicação e o exercício da política?

## Referências Bibliográficas

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura** – V. 1. 4ª ed. Tradução: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (orgs). **A Sociedade em Rede: Do Conhecimento à Ação Política**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHOMSKY, Noam. **Controle da mídia: os espetaculares feitos da propaganda**. Tradução: Antonio Augusto Fontes. Rio e Janeiro: Graphia, 2003.

EISENBERG, José & CEPIK, Marco (orgs.). **Internet e política: teoria e prática da democracia Eletrônica**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2001.



GOMES, Neusa Demartini & CASTRO, Maria Lília Dias de. **Publicidade: um olhar metodológico**. In: PEREZ, Clotilde & BARBOSA, Ivan Santo (orgs). **Hiperpublicidade – fundamentos e interfaces**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

GOMES, Wilson. **Transformação da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. São Paulo: Bauru, Edusc. Tradução: Ivone Castilho Benedetti, 2001.

LEMONS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre, Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34 Letras, 1999.

NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião pública e revolução: aspectos do discurso político na França revolucionária**. São Paulo: Nova Stella: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.

SLEVIN, J. **Internet e sociedade**. Lisboa: Temas e debates, 2000.

TARDE, Gabriel. **A opinião pública e as massas**. Trad: Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão – Petrópolis: Vozes, 1998.